

A migração para Belo Horizonte na primeira metade do século XX

Tarcísio R. Botelho*

Resumo

Neste artigo, pretendo analisar a trajetória da cidade de Belo Horizonte em suas primeiras cinco décadas de existência, tomando como ponto de partida o fato de sua população ser toda ela adventícia. Embora a imigração estrangeira, fundamental nos anos iniciais da cidade, seja mais estudada, a migração de mineiros e outros brasileiros é que sustentará o rápido crescimento da cidade. Não é possível, com as informações disponíveis, caracterizar precisamente a composição e a direção desses fluxos migratórios, mas podem ser apontadas algumas de suas linhas de força. Discuto, pois, três aspectos constitutivos dos movimentos de população no Brasil e que podem ter afetado o processo migratório para Belo Horizonte: o fim do trabalho escravo, a migração do interior para a nova capital mineira e as migrações nordestinas.

Palavras-chave: Imigração; Família; Casamento; Trabalho; Minas Gerais.

Ao longo das suas 11 décadas de existência, Belo Horizonte foi abordada em inúmeras obras que refletiram sobre a sua trajetória singular. Neste artigo, pretendo aproximar-me dessa experiência urbana a partir de um traço pouco explorado em toda a sua potencialidade: o fato de que, se a cidade surgiu do nada (após a destruição do arraial de Curral Del Rei), sua população era toda ela adventícia. De onde vinham esses novos habitantes? Uma parte viria da antiga capital, Ouro Preto, contra a sua vontade, mas premida pela necessidade de preservar seus empregos públicos. Outra parcela era constituída de imigrantes estrangeiros, já que a cidade estava sendo implantada no momento de expansão da vinda desses indivíduos para o Brasil. Mas a grande maioria certamente veio do interior de Minas e de outros Estados brasileiros em busca das novas oportunidades que a cidade poderia oferecer. Em geral, costuma-se privilegiar um determinado grupo migratório: os estrangeiros. Embora a

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

imigração estrangeira tenha sido fundamental nos anos iniciais da cidade, será a migração de mineiros e de outros brasileiros que sustentará o rápido crescimento da cidade. Entretanto, conhece-se pouco sobre esses indivíduos. Através da reunião de um conjunto de informações colhidas por outros autores, ao lado de novas evidências coletadas em fontes pouco ou nunca trabalhadas antes, quero explorar essa dimensão da trajetória de Belo Horizonte, uma cidade de migrantes.

O crescimento urbano nos seus primeiros 50 anos

A construção da nova capital mineira iniciou-se em 1894 e sua inauguração ocorreu em 1897. As obras foram conduzidas em ritmo acelerado, para que a inauguração ocorresse na data prevista e para que, nessa ocasião, o núcleo urbano se apresentasse como uma realidade irreversível. Sobre as ruínas do arraial de Curral Del Rei abriram-se rapidamente as ruas e avenidas principais e logo se ergueram os edifícios necessários ao aparato estatal. O aspecto da cidade, naquele momento, não era dos mais favoráveis, mas não se podia negar que se estava diante de uma cidade minimamente consolidada. As dificuldades iniciais, sobretudo a ausência de transporte ferroviário adequado até o local da construção, afetaram o andamento das obras, mas não impediram o seu prosseguimento. As oportunidades de emprego logo atraíram levas de trabalhadores das várias regiões de Minas Gerais, incluindo imigrantes estrangeiros que começavam a entrar no Estado em volume significativo.

Em pouco mais de cinco décadas, todas as previsões e planos iniciais foram subvertidos pelo rápido crescimento demográfico. De 13 mil habitantes em 1900, a cidade passou para mais de 17 mil em 1905, cerca de 40 mil em 1912 e 55 mil em 1920. Duas décadas depois, contava com 211 mil habitantes (censo de 1940) e em 1950 com 352 mil. Suas taxas de crescimento sempre estiveram acima dos 4% ao ano. A marca por excelência desses anos de formação foi o ir e vir de pessoas, a contínua chegada de indivíduos ou grupos familiares no novo núcleo urbano. Com pequena interrupção nos anos da Primeira Guerra Mundial, o crescimento demográfico da cidade seria geométrico.

Ao longo desse período, assistiu-se à sua crescente industrialização. Os diversos prefeitos sempre adotaram políticas de incentivo ao estabelecimento de indústrias na capital, o que atraiu um número significativo de novos investimentos. Em 1920, Belo Horizonte ocupava a terceira posição entre os

municípios mineiros no tocante a valor de produção e pessoal ocupado na indústria. No primeiro quesito, perdia apenas para Juiz de Fora e Conselheiro Lafaiete; quanto ao pessoal ocupado, vinha após Juiz de Fora e Nova Lima. De início, as indústrias têxtil e de alimentos e bebidas ocupavam um lugar de destaque. A partir dos anos 1930, Belo Horizonte começou a se consolidar como pólo de uma região importante na indústria de ferro e aço. Na década de 1940, a cidade já era o principal pólo industrial do Estado e caminhava para uma posição destacada em âmbito nacional graças à implantação da Cidade Industrial (1941) e à solução dos problemas de infra-estrutura com a implantação da Cemig (1952) e de outros investimentos públicos.¹

Como conseqüência da industrialização, houve o rápido crescimento da população operária. Na terceira década de existência da cidade, os operários já eram mais de 11 mil no universo de 50 mil habitantes do censo de 1920 (Secretaria de Agricultura, 1928). Esse segmento crescerá ainda mais nas décadas seguintes, sobretudo a partir de 1940, quando Belo Horizonte assumiu de vez o papel de principal centro industrial do Estado. O operariado constituiu um aguerrido sindicalismo, responsável por greves significativas e associados ou não aos seus companheiros de Juiz de Fora, o outro grande centro industrial do Estado (LE VEN, 1977; DUTRA, 1989). Foram esses e outros representantes das camadas populares que ocuparam os espaços vazios da periferia, envolvendo-se na luta pela moradia e pela conquista da infra-estrutura urbana negada inicialmente aos espaços suburbanos (GUIMARÃES, 1991; COSTA; BAPTISTA, 1998; VILAÇA, 2001).

Nessa população belo-horizontina em rápido crescimento, destaca-se o movimento migratório em direção à nova capital, marcado inicialmente pela forte presença de imigrantes estrangeiros. Esse fluxo migratório internacional já foi objeto de diversos trabalhos que analisaram tanto os contingentes que se dirigiram a Belo Horizonte quanto a contribuição dos grupos específicos em certos aspectos da vida social e cultural da cidade. A seguir, retomo essa questão da presença do migrante, chamando a atenção também para um grupo mais significativo e pouco estudado: a dos migrantes internos, brasileiros de outras regiões do Estado ou de fora dele que se dirigiram para a nova capital de Minas Gerais.

¹ Sobre a inserção de Belo Horizonte no cenário econômico mineiro, ver Singer, 1968; Diniz, 1981; Dulci, 1999; Eakin, 2001.

A migração interna

Nos seus anos iniciais, Belo Horizonte destacava-se como pólo de atração das novas levas de estrangeiros que chegavam a Minas Gerais. Pelo perfil de sua população e pelas características da migração que predominou no Estado, é de se presumir que as famílias compunham a maior parte desse contingente, exceto nos anos de construção da nova capital. Ao longo das décadas seguintes, o volume de imigrantes estrangeiros declinou, em termos relativos. Portanto, o conjunto de migrantes que suportou o forte crescimento da população belo-horizontina era na verdade formado por brasileiros, sobretudo por mineiros.

A migração interna é o reverso da medalha quando se observa o crescimento populacional de Belo Horizonte nas primeiras décadas de sua existência. Se esse crescimento, por definição, é resultado da vinda de pessoas de fora para a cidade, e os estrangeiros apresentam uma participação decrescente, o restante do rápido crescimento populacional é fruto da migração interna. O grande problema é: como caracterizar esses migrantes?

Em primeiro lugar, há uma carência de estatísticas sobre eles. Ao contrário dos estrangeiros, esse é um movimento populacional não documentado. Não é necessário registrar-se ao se fazer um deslocamento interno às fronteiras do Estado nacional brasileiro. Além disso, os censos da época não documentaram a naturalidade dos brasileiros nas cidades em que residiam. No máximo, as tabelas publicadas com os resultados dos censos identificaram o Estado da federação onde cada indivíduo nasceu. Os formulários originais dos censos poderiam conter informações mais detalhadas sobre a origem das pessoas, mas esses documentos encontram-se desaparecidos ou inacessíveis.

Em segundo lugar, a migração interna é mais difícil de ser conceituada do que a migração internacional. Mesmo que pudéssemos ter acesso aos formulários originais dos censos da época, permaneceriam algumas dificuldades em torno do conceito de migração. Uma primeira informação sobre o deslocamento migratório poderia ser o local de nascimento do indivíduo. A distinção entre local de nascimento e local de moradia definiria o migrante. Entretanto, existem muitas outras situações de migração além do simples deslocamento de seu local de origem. A maior parte dos deslocamentos é de curta distância, muitos deles provisórios ou pelo menos pensados como tal pelos migrantes. Em outras palavras, muitos dos indivíduos e famílias que se

deslocaram para Belo Horizonte não romperam seus laços com seus lugares de origem, tendo a perspectiva do retorno como algo bastante factível. E, de fato, muitos deles poderiam deslocar-se periodicamente entre um local e outro, num movimento pendular determinado pelas estações do ano, pela oferta de trabalho (épocas de colheita *versus* emprego temporário na construção civil, por exemplo) e outros. A migração poderia ser revertida muito mais facilmente do que a dos estrangeiros, dadas as dificuldades de deslocamentos intercontinentais naquela época.

Portanto, estudar a migração interna nesse período, especialmente em relação a uma cidade específica, é algo a ser feito de modo menos sistemático que a abordagem da imigração internacional. Podemos nos aproximar da migração interna para Belo Horizonte procurando os condicionantes gerais desse fenômeno no Brasil da época, e de Minas Gerais em especial. Além disso, é possível coletar uma série de evidências indiretas sobre esses indivíduos, permitindo conhecer alguns de seus comportamentos e traços coletivos.

A primeira forma de abordarmos a questão é situar o que acontecia no Brasil de então em termos de deslocamentos populacionais. De modo geral, o que caracteriza a história brasileira são os grandes movimentos de população. Observando-se tendências seculares, as diversas unidades administrativas brasileiras ganham e perdem peso no total da população brasileira ao sabor das transformações econômicas e políticas. Desse modo, se no final do século XVIII a maior parte da população se concentrava nas capitanias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, no final do século XIX São Paulo ascendeu ao posto de segundo Estado mais populoso (atrás de Minas Gerais). Nessa mesma época, Pernambuco e Rio de Janeiro perderam espaço, enquanto a Bahia seguiu em terceiro lugar. Em 1940, São Paulo já era o Estado mais populoso, seguido de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro (TAB. 1). Esses movimentos refletiam as transformações da economia brasileira ao longo do período. Do século XVIII para o XIX, decaiu a economia açucareira e ascendeu a economia cafeeira, levando contingentes populacionais (especialmente os escravos) para a região sudeste. No século XX, o avanço da economia cafeeira e o processo de industrialização concentraram a população no Estado de São Paulo. Minas Gerais, que sempre abrigou um quinto dos habitantes do Brasil, viu sua participação declinar.²

² Uma análise mais detalhada dessas movimentações da população brasileira é encontrada em Merrick e Graham, 1981, p. 154-186.

TABELA 1

Distribuição percentual da população brasileira, Estados selecionados, 1772-1940

	1772-82	1872	1900	1940
Minas Gerais	20,5	20,54	20,61	16,34
Bahia	18,5	13,99	12,15	9,50
Pernambuco	15,4	8,47	6,76	6,52
Rio de Janeiro	13,8	10,65	9,96	8,76
São Paulo	7,5	8,43	13,10	17,41

Fonte: Merrick e Graham, 1981, p. 156.

O censo de 1940, do final do período aqui estudado, foi o único a trazer a informação sobre o Estado da federação em que os indivíduos nasceram. Desse modo, é possível saber onde moravam as pessoas nascidas em cada um dos Estados brasileiros, percebendo-se com mais acuidade esse movimento da população. A grande maioria dos Estados tinha mais de 5% de sua população morando fora de suas fronteiras. Por outro lado, apenas sete Estados tinham taxas superiores a 10%. O Rio de Janeiro liderava, com mais de 21% de seus nativos vivendo fora de suas fronteiras. Em seguida vinha o Acre, com 15%, e vários Estados da região nordeste. Minas Gerais era o sétimo Estado brasileiro em termos de tamanho do grupo de emigrantes, com 11,33% dos seus nativos vivendo em outros Estados brasileiros. Isso demonstra que o Estado era um importante expulsor de habitantes (TAB. 2).

Observando-se onde moravam os mineiros de nascimento, o que se via era uma concentração nos Estados vizinhos. São Paulo e Rio de Janeiro, os mais industrializados do país naquele momento, concentravam mais de 7% dos mineiros, enquanto Goiás, Espírito Santo, Paraná e Bahia respondiam por 2,8%. Essa é uma imagem tradicional de Minas: um Estado que apresentava uma enorme população, com uma taxa de crescimento vegetativo significativa, mas que não conseguia reter boa parte do contingente ali nascido, funcionando como um reservatório de força de trabalho para outras regiões mais dinâmicas (TAB. 3).³

³ A esse respeito, ver Wirth, 1982, p. 51-52. Análises mais refinadas podem ser encontradas em Brito e Souza, 1995.

TABELA2

População residindo fora do seu Estado de nascimento, Brasil, 1940

Estado	Total de Nascidos	Residindo fora do Estado de nascimento	
		N	%
Acre	65 495	9 852	15,04
Amazonas	400 659	24 289	6,06
Pará	896 983	41 917	4,67
Maranhão	1 179 811	77 194	6,54
Piauí	864 826	114 416	13,23
Ceará	2 204 657	205 661	9,33
Rio Grande do Norte	777 408	73 523	9,46
Paraíba	1 475 720	158 755	10,76
Pernambuco	2 793 484	244 665	8,76
Alagoas	1 025 343	134 920	13,16
Sergipe	584 012	75 848	12,99
Bahia	4 142 611	339 851	8,20
Minas Gerais (1)	7 321 608	829 521	11,33
Espírito Santo (1)	700 172	67 459	9,63
Rio de Janeiro	2 034 989	432 428	21,25
Distrito Federal	955 358	82 386	8,62
São Paulo	5 845 111	231 380	3,96
Paraná	1 015 822	62 658	6,17
Santa Catarina	1 104 024	61 451	5,57
Rio Grande do Sul	3 299 600	131 132	3,97
Mato Grosso	353 813	16 192	4,58
Goiás	704 153	36 014	5,11

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento, 1950, v. 10.

Observação: Existem 76830 casos de não declaração da naturalidade.

TABELA 3

População nascida em Minas Gerais segundo o local de moradia, 1940

Local de Moradia	N	%
Minas Gerais	6 492 087	89,29
São Paulo	348 676	4,80
Rio de Janeiro	213 654	2,94
Espírito Santo	54 346	0,75
Goiás (1)	69 602	0,96
Mato Grosso (2)	8 980	0,12
Bahia	39 767	0,55
Região Nordeste (3)	1 112	0,02
Paraná	40 479	0,56
Região Sul (4)	1 908	0,03
Região Norte (5)	337	0,00
Total	7 270 948	100,00

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento, 1950, v. 10.

Observações: (1) Inclui os atuais estados de Goiás e Tocantins.

(2) Inclui os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

(3) Inclui os atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão.

(4) Inclui os atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(5) Inclui os atuais estados de Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre.

Por outro lado, Minas Gerais também recebera um contingente de população. Nesse caso, Rio de Janeiro e São Paulo foram grandes contribuidores, embora o saldo líquido fosse negativo para Minas Gerais. O maior contingente viera da Bahia, com mais de 60 mil pessoas residindo em Minas. Isso representava um saldo líquido positivo para Minas de mais de 20 mil indivíduos. Os outros maiores contribuidores com imigrantes para Minas eram Espírito Santo e Goiás. Eram migrantes vindos de Estados vizinhos, provavelmente um transbordamento de fronteiras (TAB. 4). Por outro lado, podiam indicar o papel de passagem que o Estado representava para aqueles que se dirigiam aos pólos mais dinâmicos da economia brasileira. Em outras palavras, Minas Gerais poderia receber esses migrantes em caráter temporário, já que depois dirigiam-se para São Paulo e Rio de Janeiro, reforçando a tendência dos deslocamentos dos mineiros de nascimento.

TABELA 4

População residente em Minas Gerais segundo o local de nascimento, 1940

Local de Nascimento	N	%
Minas Gerais	6 492 087	97,03
São Paulo	42 172	0,63
Rio de Janeiro	47 659	0,71
Espírito Santo	22 745	0,34
Goiás (1)	7 541	0,11
Mato Grosso (2)	714	0,01
Bahia	61 779	0,92
Pernambuco	3 097	0,05
Sergipe	1 690	0,03
Região Nordeste (3)	5 135	0,08
Região Sul (4)	2 549	0,04
Região Norte (5)	662	0,01
Não Declarada	2 664	0,04
Total	6 690 494	100,00

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento, 1950, v. 10.

Observações: (1) Inclui os atuais estados de Goiás e Tocantins.

(2) Inclui os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

(3) Inclui os atuais estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão.

(4) Inclui os atuais estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

(5) Inclui os atuais estados de Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima

O que esses dados podem indicar, retrospectivamente, acerca da cidade de Belo Horizonte? Como já disse, não há informações semelhantes nos censos anteriores. Entretanto, há uma concordância geral de que Minas Gerais expulsara população, sobretudo naquelas quatro primeiras décadas do século XX, quando caiu a sua participação no total da população brasileira. Por outro lado, esse foi o período do rápido crescimento de Belo Horizonte, concomitante ao aumento da urbanização da sociedade brasileira como um todo. Os censos anteriores a 1940 não distinguem a população rural da urbana; portanto, uma aproximação indireta ao grau de urbanização pode ser o total de pessoas vivendo em municípios com grandes populações. A suposição é a de que, nesses casos, tais municípios teriam um núcleo urbano significativo, que justificaria a sua grande população. Em 1872, apenas 5,1% dos habitantes do Brasil viviam em municípios com mais de 100 mil moradores. Em 1900,

esse percentual havia se elevado a 8,1%, e 20 anos depois já eram 9,7% os brasileiros vivendo nesses municípios mais populosos. Em 1940, quando Belo Horizonte se afirmava como núcleo urbano importante no cenário nacional, esse percentual já era de 12,8% (MERRICK; GRAHAM, 1981, p. 235).

Portanto, as maiores transformações populacionais do período são a migração para as cidades e o deslocamento do centro econômico e demográfico brasileiro para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.⁴ Em síntese, embora Minas Gerais tenha perdido população ao longo do período, a cidade de Belo Horizonte cumpriu o papel de contenção de parte desse fluxo, fixando uma parcela significativa dos deslocamentos de seus habitantes.

Não é possível, com as informações disponíveis, caracterizar precisamente a composição e a direção desses fluxos; entretanto, podem ser apontadas algumas de suas linhas de força. Gostaria de discutir três aspectos constitutivos dos movimentos de população no Brasil e que podem ter afetado o processo migratório para Belo Horizonte: o fim do trabalho escravo, a migração do interior para a nova capital mineira e as migrações nordestinas.

O fim do trabalho escravo e a migração negra para as cidades

O fim da escravidão no Brasil, decretado em 13 de maio de 1888, representou o acesso à mobilidade espacial para uma parcela significativa da população brasileira até então presa a seus senhores. Em 1872, havia 1.510.806 escravos no Brasil, que representavam 15,2% dos seus habitantes. Em 1887, a matrícula prevista na Lei do Sexagenário encontrou um total de 723.419 cativos (MERRICK; GRAHAM, 1981, p. 94). Dois anos depois, essa massa de cativos, que se concentrara nas regiões cafeeiras, foi desligada de seus laços servis. Se a chamada Lei Áurea representou o fim de uma instituição profundamente iníqua, também lançou à própria sorte o contingente mancipio que existia no Brasil. A legislação não previu nenhuma indenização ou mesmo processos de integração do ex-escravo à sociedade livre.

Não se sabe com precisão o que aconteceu com a população negra a partir de então. As estatísticas populacionais produzidas nas décadas seguintes silenciaram sobre a cor. Após o censo de 1890, apenas em 1940 voltou-se a

⁴ Deve-se lembrar, todavia, que a grande urbanização brasileira acontecerá na segunda metade do século XX. Portanto, estamos falando de um processo que é importante em relação ao que se observava na sociedade brasileira em períodos anteriores.

inserir o quesito “raça” no questionário demográfico. Outras fontes também são silenciosas em relação a isso. Tanto os registros paroquiais quanto o registro civil passaram a não mais informar a cor. Apenas em alguns documentos, como os processos judiciais, ainda é possível encontrar referências à cor, embora isso não ocorra de forma sistemática.⁵ Boa parte dos ex-escravos pode ter migrado para as cidades, mas não há informações mais precisas sobre como se inseriram no mercado de trabalho urbano. Presume-se que passaram a ocupar os postos de trabalho menos qualificados e pior remunerados, já que provinham, em sua grande maioria, do meio rural.⁶

Para Minas Gerais, há a mesma lacuna. Sabe-se que a província deteve o maior plantel escravista do Brasil ao longo de todo o século XIX. Essa mão-de-obra relativamente abundante permitiu que a transição para o trabalho livre não dependesse tão profundamente da imigração estrangeira, como ocorreu em São Paulo.⁷ Apostou-se mais na fixação ao trabalho agrícola desse contingente de mão-de-obra já existente. Assim, supõe-se que a migração de negros para os maiores centros urbanos mineiros não tenha sido significativa, pelo menos até a década de 1930.⁸

Do mesmo modo, para Belo Horizonte, é de se imaginar que a população negra não se tenha concentrado muito precocemente, sobretudo porque os primeiros anos da nova capital foram marcados pela forte presença de imigrantes estrangeiros. Todavia, a presença negra na cidade é inquestionável e parece ter tendido a crescer ao longo dos anos. Uma evidência disso aparece quando se compara a proporção de negros na população das principais regiões mineiras entre 1890 e 1940. Nesse período, a região central do Estado, onde se localiza Belo Horizonte, viu crescer essa proporção em ritmo inferior apenas às regiões norte e leste. Em todas as outras regiões, a participação dos negros recuou (TAB. 5).

⁵ Sobre a riqueza das fontes judiciais para o estudo das camadas populares urbanas no contexto pós-abolição, um bom exemplo é Chalhoub, 1986.

⁶ Para uma discussão sobre esses aspectos, ver Hahner, 1993, p. 108-109.

⁷ Sobre essa questão, ver Lanna, 1988.

⁸ Essa é a argumentação de Oliveira (2000, p. 65) para Juiz de Fora: “Apenas quando a cafeicultura na Zona da Mata sul, ao redor de Juiz de Fora, na década de 1920, passa a dar sinais de esgotamento, subindo a fronteira em direção ao Leste do Estado, é que se percebe uma maior afluência de negro para a cidade. Processa-se um movimento tardio de fixação do negro na zona urbana, em busca de emprego e moradia”.

TABELA 5

Proporção de negros na população de Minas Gerais, 1890 e 1940

Zona	1890	1940
Norte	15,72	24,10
Leste	12,93	22,02
Oeste	14,56	13,06
Triângulo	13,84	11,77
Centro	19,15	21,25
Sul	18,03	14,04
Mata	24,18	23,67

Fonte: Wirth, 1982, p. 52, TAB. 1.4.

A migração do campo para a cidade

Na verdade, a migração do negro fez parte de um processo mais amplo de deslocamento do campo para a cidade. Como vimos, o período foi marcado por uma urbanização crescente. No caso mineiro, houve o processo de afirmação de Belo Horizonte como principal núcleo urbano do Estado e um dos mais importantes do país. Sua principal característica era a polarização exercida sobre as regiões central e norte do Estado. À medida que a região leste foi cortada por rodovias e ferrovias, também ela viu-se polarizada por Belo Horizonte. O resultado foi o aumento do peso da região central no total da população mineira (WIRTH, 1982).

Pode-se ter evidências mais concretas desse afluxo de migrantes do interior do Estado a partir de uma fonte pouco trabalhada pela historiografia sobre Belo Horizonte: os registros paroquiais de casamento. Através deles, pode-se observar as mudanças porventura ocorridas na composição dos diversos grupos migrantes, bem como nos seus comportamentos frente ao casamento e em sua articulação com os processos de assimilação das populações adventícias.

Para isso, vou me concentrar no estudo dos registros paroquiais de casamentos da paróquia mais antiga de Belo Horizonte: Nossa Senhora da Boa Viagem, criada em 1748, ainda no arraial de Curral Del Rei. Localizada na área interna à Avenida do Contorno, abrangia, portanto, os primeiros moradores da área planejada da cidade. Por que usar os registros paroquiais? Tais registros foram instituídos a partir do Concílio de Trento, no século XVI, e expandiram-se por toda a cristandade católica. Sua difusão e uniformidade

tornaram-nos a fonte principal da técnica de reconstituição de famílias.⁹ A partir do século XIX, houve a difusão, na Europa, dos registros civis. Mais completos que os registros católicos, puderam ser utilizados em inúmeros estudos sobre a mobilidade social ao longo dos séculos XIX e XX.¹⁰

No Brasil, os registros paroquiais existem desde o início da colonização, embora somente no século XIX haja séries mais abundantes e completas. Além disso, apenas com a proclamação da República houve a implantação do registro civil, que permaneceu problemático até períodos bastante recentes. Portanto, acredito que para estudos até meados do século XX é legítimo recorrer aos registros paroquiais, já que garantem a comparabilidade com períodos anteriores. Apresentam uma limitação, pois excluem da observação a população não-católica. Porém, os não-católicos praticamente não existiam entre os imigrantes que vieram para Minas Gerais (dado o predomínio de italianos, espanhóis e portugueses, de origem católica). E, de fato, a população não-católica permaneceu francamente minoritária durante muitas décadas.

Levantei dados de registros de casamentos em três períodos distintos: 1898 a 1902; 1918 a 1922; e 1938-1942. No primeiro momento, foram realizados 402 casamentos, dos quais 388 entre nubentes solteiros. No período seguinte, houve um total de 486 matrimônios, dos quais 464 entre solteiros. A manutenção de quantidades semelhantes de eventos deve-se à criação de uma nova paróquia, a de São José, em 1900. Assim, entre 1938 e 1942 aconteceram 457 casamentos, já que diversas outras paróquias haviam sido criadas nos bairros da capital (TAB. 6).

TABELA 6
Casamentos católicos, Belo Horizonte, 1898-1942

Período	<i>Status</i> Conjugal								
	Ambos Solteiros		Solteira e Viúvo		Solteiro e Viúva		Ambos Viúvos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1898-1902	388	96,5	8	2,0	4	1,0	2	0,5	402
1918-1922	464	95,5	9	1,9	12	2,5	1	0,2	486
1938-1942	457	100,0							457

Fonte: Registros de Casamentos, Paróquia de N. Sra. da Boa Viagem de Belo Horizonte.

⁹ As obras pioneiras foram Henry, 1985, e Wrigley, 1966. Para o Brasil, ver Marcílio, 1974, e Costa, 1990.

¹⁰ Para exemplos do uso do registro civil de casamentos, ver Leeuwen e Maas, 1997, 2002; Adler e Svensson, 2002; Dribe e Lundh, 2004.

Nem todos os registros de casamento continham as mesmas informações. Enquanto o estado conjugal prévio era declarado em todos eles, a origem e a idade apareciam em uma quantidade bem menor. Assim, os dados apresentados a seguir correspondem a apenas uma parte do total de casamentos. Como, entretanto, trata-se de uma abordagem mais exploratória das questões em destaque, considero-os bons indicadores das tendências da população.

O primeiro dado interessante é a origem dos noivos. Entre 1898 e 1902, ainda na primeira década de existência da cidade, num total de 100 casamentos foi possível encontrar a declaração do local de nascimento de ambos os noivos. Nesses casos, 24 nubentes (12% do total de casamentos da paróquia) eram de Belo Horizonte, enquanto a maioria (101, ou 50% dos casamentos) era originária do interior de Minas. Vinham de outros Estados brasileiros um total de 28 nubentes (14% do total de matrimônios). Os imigrantes estrangeiros tinham uma participação expressiva. Os italianos eram em número de 39 (19,5% dos casamentos), enquanto os portugueses respondiam por dez noivos (5% dos casamentos) e os espanhóis por cinco nubentes (2,5% dos casamentos) (TAB. 7).

TABELA 7
Origem dos nubentes, Belo Horizonte, 1898-1902 (%)

Noivo	Noiva							Total
	Belo Horizonte	Minas Gerais	Brasil	Portugal	Itália	Espanha	Outros Países	
Belo Horizonte	7,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0
Minas Gerais	8,0	38,0	4,0	2,0	1,0	0,0	0,0	53,0
Brasil	1,0	5,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0
Portugal	0,0	4,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	6,0
Itália	0,0	0,0	1,0	0,0	17,0	1,0	2,0	21,0
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	2,0
Outros Países	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	2,0	3,0
Total	16,0	48,0	7,0	4,0	18,0	3,0	4,0	100,0

Fonte: Registros de Casamentos, Paróquia de N. Sra. da Boa Viagem de Belo Horizonte.

Vinte anos depois, os belo-horizontinos estiveram envolvidos em 13% dos casamentos (80 noivos e noivas), enquanto os mineiros de outras cidades formavam um conjunto de 369 noivos (68% do total de casamentos). Portanto, se os registros de casamentos são um bom termômetro das migrações, o período foi de incremento da vinda de pessoas do interior de Minas para a nova capital. Esse aumento deveu-se à queda da participação dos imigrantes

estrangeiros. Os italianos estiveram em 4,5% dos casamentos, enquanto os espanhóis e os portugueses participaram de 4% dos enlaces matrimoniais. Os noivos e noivas vindos de outros Estados agora estavam em 10% dos casamentos realizados (TAB. 8).

TABELA 8
Origem dos nubentes, Belo Horizonte, 1918-1922 (%)

Noiva								
Noivo	Belo Horizonte	Minas Gerais	Brasil	Portugal	Itália	Espanha	Outros Países	Total
Belo Horizonte	1,9	4,1	0,4	0,0	0,4	0,0	0,4	7,0
Minas Gerais	12,2	51,5	3,0	0,7	0,7	0,4	0,0	68,5
Brasil	1,5	7,4	3,0	0,0	0,7	0,0	0,0	12,6
Portugal	0,7	1,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	2,6
Itália	1,9	2,2	0,7	0,0	1,1	0,0	0,0	5,9
Espanha	0,7	1,5	0,0	0,4	0,0	0,4	0,4	3,3
Outros Países	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	18,9	68,1	7,0	1,5	3,0	0,7	0,7	100,0

Fonte: Registros de Casamentos, Paróquia de N. Sra. da Boa Viagem de Belo Horizonte.

Duas décadas mais tarde, essas tendências se acentuaram. Aqueles nascidos em Belo Horizonte participaram de 23,5% dos matrimônios, enquanto os mineiros do interior estiveram em 64% dos casamentos. Os imigrantes estrangeiros estiveram em apenas 3,3% dos matrimônios e eram todos do sexo masculino. Os brasileiros de outros Estados, por sua vez, estavam em 10,5% dos matrimônios. A presença dos belo-horizontinos expandira-se em detrimento dos estrangeiros e, em parte, dos mineiros do interior (TAB. 9).

TABELA 9
Origem dos nubentes, Belo Horizonte, 1938-1942 (%)

Noiva								
Noivo	Belo Horizonte	Minas Gerais	Brasil	Portugal	Itália	Espanha	Outros Países	Total
Belo Horizonte	7,7	9,9	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	18,7
Minas Gerais	19,8	40,7	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	62,1
Brasil	1,1	13,2	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	15,9
Portugal	0,0	1,6	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2
Itália	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Total	28,6	66,5	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Registros de Casamentos, Paróquia de N. Sra. da Boa Viagem de Belo Horizonte.

O que se pode afirmar dessa evolução temporal? Em primeiro lugar, aprofundou-se a tendência ao fechamento do fluxo de imigrantes estrangeiros, já observado de forma indireta para Minas Gerais como um todo. Em segundo lugar, houve o incremento da participação de pessoas nascidas em Belo Horizonte, em decorrência do crescimento vegetativo da cidade. Em outras palavras, o nascimento de sucessivas gerações na cidade foi aumentando o estoque de belo-horizontinos no seu mercado matrimonial. O fato de se tratar de uma paróquia do centro da cidade pode ter reforçado essa tendência. Entretanto, esse era um aspecto esperado, à medida que os anos se passassem. Em terceiro lugar, a presença dos migrantes vindos do interior de Minas Gerais cresceu e se estabilizou em um patamar bastante elevado, fazendo-os participar, nas décadas de 1920 e de 1940, de cerca de dois terços dos enlances matrimoniais. Finalmente, em quarto lugar, a presença dos brasileiros nascidos em outros Estados manteve-se constante, denotando que Belo Horizonte era destino de um fluxo migratório interestadual, embora não tão significativo quanto São Paulo, Rio de Janeiro e alguns outros Estados (TAB. 4).

A migração nordestina

Outro aspecto pouco abordado pela historiografia sobre Belo Horizonte é o da migração nordestina. À exceção do Rio de Janeiro, apenas os Estados do nordeste (sobretudo a Bahia) apresentavam um saldo migratório favorável a Minas Gerais. Ou seja, existiam mais nordestinos (especialmente baianos, pernambucanos e sergipanos) vivendo em Minas Gerais do que mineiros morando nos Estados do nordeste.¹¹ Também nos registros de casamentos há uma presença significativa de indivíduos originários do nordeste entre os noivos e noivas de outros Estados brasileiros. No entanto, essa migração nordestina para Belo Horizonte é pouco conhecida. Gostaria de refletir sobre como se davam esses fluxos, destacando duas vias de ligação entre o nordeste e Minas Gerais, ainda pouco exploradas pelos estudos históricos: o rio São Francisco e a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os caminhos entre São Paulo e o nordeste eram freqüentemente percorridos pelos chamados bandeirantes, desde pelo menos os inícios do século XVII.¹² Esses caminhos passavam principalmente pelo vale do rio São Francisco, às vezes

¹¹ Chega-se a essa conclusão comparando-se os números absolutos das TAB. 3 e 4.

¹² Índícios nesse sentido são apresentados em Puntoni, 2002. Os relatos colhidos pelo autor falam da preferência paulista por se deslocar por terra para os combates aos índios rebelados do nordeste; esses

utilizando o rio, às vezes evitando percorrer suas margens devido às doenças endêmicas que aí grassavam. Por outro lado, os baianos também percorriam o rio e haviam estabelecido currais de gado na região também nesse período.¹³ De modo que, com a descoberta do ouro no final do século XVII, o caminho da Bahia era o mais explorado e seguro para abastecer as minas. Uma das vertentes do caminho da Bahia utilizava o Rio São Francisco a partir do arraial de Matias Cardoso, chegando até o rio das Velhas e daí até o centro da região mineradora, especialmente Sabará.¹⁴

O rio perdeu importância comercial a partir da década de 1730, e apenas no século XIX retomou-se o interesse por sua exploração comercial. Diversas tentativas foram feitas no sentido de estabelecer rotas regulares de navegação, incluindo o tráfego pelo rio das Velhas. Desde a década de 1830 foram realizados trabalhos de exploração dos rios e estabelecidos diversos contratos com empresas privadas, mas apenas no início do regime republicano conseguiu-se estabelecer uma navegação regular. Em 1889, constituiu-se no Rio de Janeiro a Companhia Viação Central do Brasil, depois Empresa Viação do Brasil. Na década de 1890, após diversas viagens experimentais, iniciaram-se as viagens regulares ao longo do rio, feitas por navios a vapor. Em 1898, foi estabelecido o trecho Pirapora a Joazeiro como pontos extremos da navegação. A companhia pioneira foi sucedida por diversas outras até a constituição, pelo governo federal, da Companhia de Navegação do São Francisco – Franave, em 24 de janeiro de 1963. Apenas em princípios da década de 1990 ocorreu a interrupção definitiva da navegação de longa distância no rio.¹⁵

Durante o período em que vigorou o transporte fluvial ao longo do rio São Francisco, as cidades ribeirinhas passaram a conhecer a visita regular das “gaiolas” ou “vapores”, que as colocavam em contato com o mundo. Constituiu-se uma identidade regional própria dessas cidades, que tinham um aspecto “cosmopolita” em meio aos gerais ainda isolados pelas longas distâncias e estradas precárias. As cidades ribeirinhas polarizavam as atividades comerciais de

deslocamentos se davam através do vale do Rio São Francisco, onde diversos paulistas já estavam estabelecidos na época da descoberta do ouro.

¹³ Sobre o papel dos baianos na exploração da parte setentrional da futura capitania de Minas Gerais, ver Viana, 1935, e Pires, 1979.

¹⁴ Sobre o caminho da Bahia e suas vantagens sobre os outros que existiam (São Paulo, caminho velho, e caminho novo do Rio de Janeiro), ver Antonil, s/d, p. 284-292.

¹⁵ Sobre a navegação a vapor no rio São Francisco, sobretudo entre o final do século XIX e princípios do século XX, ver Mata Machado, 2002.

amplas áreas interioranas. A produção agrícola local era dirigida aos portos fluviais. Da mesma forma, os comerciantes das cidades afastadas do rio para aí se dirigiam a fim de se abastecerem de produtos que vinham pelos “vapores”.

Na mesma época em que se afirmava a navegação a vapor do rio São Francisco, a ferrovia avançava pelo sertão mineiro. Depois de estabelecer a ligação com Belo Horizonte, a Estrada de Ferro Central do Brasil foi estendida a Curvelo, onde chegou em 1904, e a Corinto, no ano seguinte. Várzea da Palma, em 1910, e Pirapora, em 1911, foram marcos de um projeto mais extenso de levar a ferrovia até Belém do Pará. A partir de Corinto, a ferrovia atinge Montes Claros em 1926, avançando através das estações de Capitão Enéas, Janaúba e Monte Azul, em direção à Bahia. Mas, já em 1925, esse que era um ramal assumiu a condição de linha-tronco, enquanto a linha para Pirapora foi rebaixada ao *status* de ramal. Desse modo, o projeto de ligação ferroviária entre o centro-sul e o norte do país ficou paralisado na ponte que atravessa as corredeiras de Pirapora.¹⁶

O avanço da Estrada de Ferro Central do Brasil pelo norte mineiro e seu encontro com o porto de Pirapora em 1911 representaram a ligação entre dois meios de transporte extremamente rápidos, ágeis e de grande porte para a época. Nesse momento, todo o interior da Bahia até a fronteira com Pernambuco viu-se potencialmente conectado com o centro e o sul de Minas Gerais e com o Rio de Janeiro. Essa ligação ocorreu na época em que o nordeste intensificava a expulsão de seus moradores em larga escala, motivados pelas condições climáticas do seu sertão semi-árido.

Já no século XIX, as chamadas “províncias do norte” começaram a deslocar parte de sua população para o centro-sul do país. As secas, que desde sempre assolam a região, começaram a impelir moradores para outras regiões do país à medida que o aumento da população passava a pressionar os recursos naturais disponíveis. Em outras palavras, a produção do retirante não pode ser atribuída a uma piora do clima, mas a condições econômicas, políticas e sociais que passaram a inviabilizar a sobrevivência desses indivíduos em seus locais de origem.¹⁷ Assim, desde a década de 1870 as secas nordestinas e os quadros de horrores por elas produzidos começaram a fazer parte do imaginário nacional. No final da década de 1890, esses quadros se repetem com

¹⁶ Sobre os impactos da expansão da Estrada de Ferro Central do Brasil pelo norte de Minas, ver Cardoso, 2000 e Lessa, 1993.

¹⁷ Sobre as secas do nordeste, ver Alves, 1982; Pompeu Sobrinho, 1982; Villa, 2000.

intensidade semelhante. No ano de 1904, o presidente do Estado de Minas Gerais falava da “lastimável seca que flagela alguns Estados do Norte da República”. Como consequência, o governo “prontificou-se a colocar no Estado os irmãos do norte que se quisessem abrigar em Minas” e “já algumas levas têm entrado e sido colocadas convenientemente em fazendas agrícolas”.¹⁸ Outras secas marcaram sua época, como a “do quinze” (1915) e a de 1930.

De modo geral, conhece-se bem a migração nordestina rumo ao Rio de Janeiro ou à região amazônica, que utilizava a navegação de cabotagem. Mais bem documentado devido aos subsídios governamentais, pode-se conhecer aspectos importantes da dinâmica desse movimento migratório (BASSANEZI, 2000). Entretanto, boa parte do deslocamento deu-se por terra, em silêncio, através das inúmeras estradas que cortavam o sertão nordestino e por onde passava, por sua vez, o rio São Francisco, cujo vale atinge praticamente todos os Estados nordestinos. Mesmo para muitas das regiões não diretamente conectadas a ele, era mais fácil atingir o rio do que deslocar-se até a capital litorânea mais próxima. Subir o rio em demanda de regiões mais prósperas era algo factível.

À medida que a ferrovia avançava em direção ao rio São Francisco, aumentava a capacidade de deslocamento desses migrantes a grandes distâncias. Antes mesmo de atingir Pirapora, a ferrovia já recebia nordestinos em suas estações terminais. Há tradições locais falando das famílias nordestinas que desciam no porto em Pirapora, obtinham algo para se sustentar pelos próximos dias e continuavam a pé o trajeto rumo à estação ferroviária mais próxima. Daí obtinham passes para se deslocarem rumo ao sul. A chegada da ferrovia a Pirapora facilitou esse deslocamento e certamente aprofundou o fluxo de migrantes.

Nas décadas seguintes, outro fluxo se consolidou através de Montes Claros. A chegada da ferrovia em 1926 e o avanço até a fronteira da Bahia nos anos seguintes serviram para consolidar fluxos já existentes. Os retirantes se deslocavam pelos antigos caminhos que cortavam os vales dos rios nascidos a leste do divisor de águas do vale do São Francisco. Vales como o do Rio Pardo já eram utilizados desde o século XVIII como caminhos para as Minas Novas e Diamantina. A aproximação da ferrovia certamente absorveu parte desse fluxo, mais tarde canalizado pela rodovia Rio-Bahia.

¹⁸ Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1904.

Se o rio São Francisco e a Estrada de Ferro Central do Brasil exerciam esse papel importante na migração nordestina, a cidade de Belo Horizonte aparecia naturalmente na perspectiva de quem optasse por essas vias de deslocamento. A conexão entre os dois meios de transporte passava pela cidade, já que a Estrada de Ferro Central do Brasil tinha de necessariamente cruzar Belo Horizonte. Uma cidade em construção seria um bom ponto de chegada para aqueles que tentavam recompor suas vidas após a seca. Daí, certamente, a origem do número significativo de nordestinos na população belo-horizontina de acordo com o censo de 1940.

Considerações finais

Como espero ter demonstrado, Belo Horizonte, nas suas primeiras cinco décadas, é essencialmente uma cidade de migrantes. Construída a partir do “nada” (após a destruição do arraial de Curral Del Rei), todo o contingente que aí se estabeleceu estava necessariamente deslocado de suas origens. Fossem estrangeiros, negros libertos, nordestinos, antigos moradores da zona rural do Estado, para todos Belo Horizonte surgia como uma realidade nova, em construção.

Considero que explorar o peso e o caráter da migração na conformação da experiência urbana belo-horizontina é algo fundamental para se compreender as ambivalências, os conflitos, os rumos que a cidade tomou. Esse migrante tornava-se estrangeiro (SIMMEL, 1983) pelo estranhamento que sua condição gerava entre aqueles que se consideravam os legítimos moradores da cidade. Ou, de outro ponto de vista, sua condição de migrante lançava-o em uma posição de permanente estranhamento em face da experiência de habitar esse novo ambiente urbano. Penso que estas considerações não encerram tal discussão, e sim apontam para onde se poderia caminhar na compreensão dos aspectos multifacetados das diversas experiências construídas pelo viver na cidade planejada.

Referências

- ADLER, John; SVENSSON, Patrick. Social structure and social mobility in Southern Sweden 1751-1894. In: SOCIAL SCIENCE HISTORY ASSOCIATION, 2002, St. Louis. *Annual meeting*. St. Louis: SSHA, 2002. páginas.
- ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BASSANEZI, Maria Sílvia. Migrantes no Brasil da 2ª metade do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Abep, 2000.
- BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 7, 1995, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995. p. 249-272.
- CARDOSO, José Maria Alves. A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, Luciene (Org.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2000. p. 173-346.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; BAPTISTA, Maria Elisa. A arquitetura silenciosa. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 263-295.
- COSTA, I. D. N. da. Registros paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto. v. 1, n. 1, p. 46-54, 1990.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- DRIBE, Martin; LUNDH, Christer. Finding the right partner: social and geographic aspects on mate selection in Southern Sweden 1829-1894. In: EUROPEAN SOCIAL HISTORY CONFERENCE, 5, 2004, Berlin. *Proceedings of...* Berlin: American Social Science History Association, 2004. páginas.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DUTRA, Eliane de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- EAKIN, Marshall C. *Tropical capitalism: the industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*. Brasília: Editora da UnB, 1993.
- HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: Ined, 1985.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- LE VEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LEEUWEN, Marco H. D van; MAAS, Ineke. Partner choice and homogamy in the nineteenth century: was there a social revolution in Europe? *Journal of Social History*, v. 36, n. 2, p. 101-123, fall 2002.
- LEEUWEN, Marco H. D van; MAAS, Ineke. Social mobility in a Dutch province, Utrecht 1850-1940. *Journal of Social History*, v. 30, n. 3, p. 619-644, spring 1997.
- LESSA, Simone Narciso. *Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MATA MACHADO, Fernando da. *Navegação do rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- MERRICK, Thomas; GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. *Anuario Demographico de Minas Geraes, Anno I – 1928*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negros: famílias solidárias e desafios urbanos. In: BORGES, Célia Maia (Org.). *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000. p. 53-87.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Edição do Autor, 1979.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *História das secas (século XX)*. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SALLES, Francisco Antonio de. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1904*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. *Anuário Estatístico do Brasil, 1949*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. v.10.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VILAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WRIGLEY, E. A. (Ed.). *An introduction to English historical demography from the sixteenth to the nineteenth century*. New York: Basic Books, 1966.

